



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado LOURIVAL MENDES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2007 (Apensos: PRC nº 164, de 2009;  
PRC nº 29, de 2011; e PRC nº 156, DE 2012)**

Altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados, criando a Comissão Permanente de Aquicultura e Pesca.

**Autor:** Deputado Wandenkolk Gonçalves

**Relator:** Deputado Lourival Mendes

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Resolução em epígrafe, de autoria do Deputado Wandenkolk Gonçalves, altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para criar a Comissão de Aquicultura e Pesca. Para tal, suprime algumas competências da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e inclui novo inciso, alíneas e números no artigo art. 32 disciplinando as competências do novo órgão técnico.

Justifica o autor:

*A Aquicultura e a pesca constituem temas da maior importância nos contextos nacional, internacional, e também no âmbito legislativo, sendo objeto de grande número de proposições que tramitam ou já tramitaram nesta Casa. (...)*

*Na Câmara dos Deputados, os assuntos da Aquicultura e da pesca encontram-se contidos, de forma secundária, no campo temático da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, na forma do art. 32, inciso I, do Regimento Interno. Tais assuntos tendem a dispersar-se entre os*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Gabinete do Deputado LOURIVAL MENDES

*demais campos de atuação do referido Órgão Técnico, incumbido de apreciar questões da maior relevância, relativas à agricultura, à pecuária, ao abastecimento e ao desenvolvimento rural.*

Posteriormente, foi apensado o Projeto de Resolução nº 164, de 2009, de autoria do Deputado Flávio Bezerra, com o mesmo propósito.

Recentemente, uma nova proposição com semelhante escopo foi apensada: o Projeto de Resolução nº 29, de 2011, de autoria do Deputado Zonta.

E, agora, novo apenso: PRC 156, de 2012, de autoria do Deputado Cleber Verde, que também propõe a criação da Comissão Permanente de Pesca e Aquicultura.

Os projetos de resolução, que buscam alterar o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, obedecem, em sua tramitação, o procedimento estabelecido no art. 216 deste Estatuto Interno. Desse modo, não consta dos autos, que, em Plenário, tenha sido apresentada alguma emenda às proposições em apreço.

Compete-nos, nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, reservando-se à Mesa a apreciação do mérito das proposições (art. 216, § 2º, III, do mesmo Estatuto).

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Sob o ponto de vista da constitucionalidade, não observamos a ocorrência de óbices que impeçam a livre tramitação da matéria, pois, de acordo com o art. 24, VI, da Constituição Federal, tem a União competência concorrente para tratar das “florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.” Em outras palavras, matérias relativas a esses temas podem tramitar pelo Congresso Nacional e, nesse caso, deverão ser apreciadas pela Comissão temática que a proposição alvitra criar.

As proposições em exame também não afrontam, sob o prisma da juridicidade, princípio ou regra consagrado em nosso ordenamento jurídico.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado *LOURIVAL MENDES***

No que diz respeito à técnica legislativa, os projetos em epígrafe foram elaborados em consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998 e suas modificações posteriores. No entanto, será necessária a apresentação de substitutivo para harmonizar a redação dos quatro projetos, corrigindo a omissão ocorrida ora em um ora em outro e compatibilizando as ideias de modo a tornar o novo dispositivo regimental completo e abrangente.

Nesses termos, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Resolução nº 16, de 2007, principal; nº 164, de 2009; nº 29, de 2011, e nº 156, de 2012, apensados, nos termos do Substitutivo adiante formalizado.

Sala das Reuniões, em 17 de abril de 2013.

Deputado LOURIVAL MENDES  
**RELATOR**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado LOURIVAL MENDES**

**SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO NºS 16, DE 2007; 164, DE 2009; 29, DE 2011; e 156, DE 2012.**

Altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, criando a Comissão Permanente de Pesca e Aquicultura.

A Câmara dos Deputados resolve:

**Art. 1º** O inciso I do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 32. ....**

*I - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:*

*a) política agrícola e assuntos atinentes à agricultura e à pecuária, destacadamente:*

.....  
*6 - política de abastecimento, comercialização e exportação de produtos agropecuários;*

.....  
*b) .....*

.....” (NR)

**Art. 2º** O art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17 de 1989, passa a vigorar acrescido do inciso XXI, com a seguinte redação:

**“Art. 32. ....**

*XXI - Comissão de Aquicultura e Pesca:*

*a) assuntos relativos às políticas nacionais para a pesca e a aquicultura em suas várias modalidades, compreendendo, destacadamente:*

- 1. pesquisa e aprimoramento tecnológico;*
- 2. fomento e desenvolvimento sustentável;*
- 3. financiamento, incentivos fiscais e subvenções econômicas;*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Gabinete do Deputado LOURIVAL MENDES

- 4. ordenamento, fiscalização, controle e monitoramento remoto;*
- 5. estruturação da cadeia produtiva: captura ou cultivo, beneficiamento, processamento, transporte, comercialização e controle sanitário; infraestrutura de apoio;*
- 6. padronização, inspeção e vigilância sanitária do pescado e demais produtos e subprodutos;*
- 7. incentivo ao consumo, abastecimento e fortalecimento do mercado interno;*
- 8. importação e exportação de produtos da pesca e da aquicultura;*
- 9. desenvolvimento socioeconômico e profissional dos pescadores, aquicultores e de suas comunidades;*
- 10. organização do setor; incentivo ao cooperativismo e associativismo;*
- 11. preservação e recuperação dos ecossistemas aquáticos;*
- 12. manutenção e recuperação de estoques pesqueiros;*
- 13. embarcações pesqueiras;*
- b) matérias atinentes a acordos internacionais relativos à pesca e à conservação de recursos pesqueiros.” (NR)*

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 17 de abril de 2013.

Deputado LOURIVAL MENDES

**RELATOR**